

A EMERGÊNCIA DE NOVOS PARTIDOS EM PORTUGAL

A DÉCADA DE 2010¹

João Gaio e Silva

Em Portugal, as legislativas de 2019 registaram um valor histórico de forças políticas a escrutínio: 21 partidos e/ou coligações apresentaram candidatos à Assembleia da República (AR)². Desde 1976, aliás, a tendência tem-se revelado crescente.

Ao mesmo tempo, porém, existe um evidente e progressivo distanciamento partidário face aos cidadãos e assiste-se, consequentemente, ao declínio do ativismo e da filiação partidários e à quebra da legitimidade, do interesse e da confiança política³.

No caso português, concretamente, a literatura alimenta esta ideia⁴. A eficácia que reconhecem aos partidos políticos é igualmente diminuta: o ato de colaborar com um partido político é tido como muito eficaz ou eficaz para somente 37,5% dos cidadãos⁵. Estes resultados traduzem a perceção de descrédito a que as instituições partidárias são votadas em Portugal – a que acrescerá, recordando a tipologia de participação política de Milbrath⁶, que a adesão a um partido político é conotada com fraca frequência. Tudo somado, a participação política por via partidária não parece – em Portugal, nos últimos anos – corresponder ao acentuado crescimento do número de partidos políticos (ver figura 1).

Este estudo parte, portanto, desta aparente contradição e propõe-se a identificar os principais fatores determinantes da emergência de novos partidos em Portugal, ao longo da última década. Através do enquadramento analítico largamente oferecido pela teoria da entrada estratégica,

RESUMO

Este artigo visa compreender os fatores para o surgimento de novos partidos políticos, em Portugal, na década de 2010, a partir de dois eixos de investigação: o eixo sistémico, para apurar o contexto político, social e económico; e o eixo particularístico, para determinar a sua marca ideológica, propósito ideacional e valências dos seus fundadores e líderes. Os resultados apontam para três grandes conclusões: i) a crise não se apresentou como grande mobilizadora para a criação de novos partidos; ii) a Geringonça acentuou a clivagem esquerda vs. direita; e iii) a oposição tende a gerar novos partidos de rutura e purificadores.

Palavras-chave: partidos políticos, novos partidos, sistema partidário, Portugal.

ABSTRACT

THE EMERGENCE OF NEW POLITICAL PARTIES IN PORTUGAL: THE DECADE OF 2010

This essay aims to uncover the key factors for the emergence of new political parties in the decade of 2010, in Portugal. For that we considered two axes of research: the systemic axis,



to ascertain the political, social and economic context; and the particularistic axis, to determine its ideological mark, ideational purpose and valences of its founders and leaders. The results point to three major conclusions: i) the crisis did not present itself as a great mobilizer for the creation of new parties; ii) the *Geringonça* accentuated the left vs. right divide; and iii) the opposition tends to generate new rupturing and purifying parties.

Keywords: political parties, new parties, party system, Portugal.

orientamos a nossa investigação a partir de dois eixos: *sistémico e particularístico*. Analisamos a existência de condições sistémicas e as características e valências próprias de cada partido e respetivos quadros.

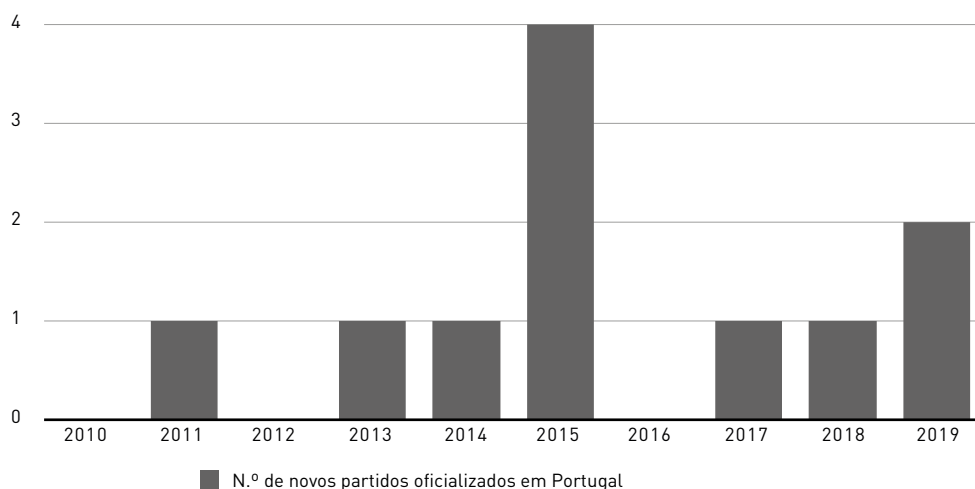
O ESTADO DA ARTE

O sistema partidário⁷ constitui o locus de emergência dos novos partidos. Em Portugal, a institucionalização do sistema é conducente a uma estrutura de competição fechada que restringe a competição⁸. Apesar de a crise ter causado um ligeiro aumento na fragmentação do sistema partidário, a tendência inovadora no Parlamento português

é relativamente fraca – entre 1999 e 2015, não se registou a entrada de qualquer novo partido na AR.

A crise apresenta-se, portanto, enquanto potencial conjuntura crítica, capaz de influenciar transformações no seio do sistema partidário nacional, pelo desgaste causado nos partidos tradicionais⁹. O estudo adaptado da teoria do voto económico sugere que uma *performance* económica negativa exerce influência positiva sobre o voto em novos e pequenos partidos¹⁰. De facto, ao constatar-se que a alteração do sentido de voto privilegia partidos externos ao sistema¹¹, abre-se espaço para a emergência de novas forças.

Figura 1 > Número de novos partidos oficialmente constituídos em Portugal (2009-2019) por ano



Fonte: Elaboração própria.

(NOVOS) PARTIDOS POLÍTICOS

Em Portugal, a Lei dos Partidos Políticos¹² estabelece-os, de um ponto de vista funcionalista, enquanto concorrentes para «a livre formação e o pluralismo de expressão da vontade popular e para a organização do poder político» (artigo 1.º). O seu reconhecimento, cumprida a legislação, depende da sua oficialização pelo Tribunal Constitucional (TC). Em termos teóricos, a conceção jurídica ecoa a definição mínima apresentada por Giovanni Sartori: «Um partido é qualquer grupo político identificado por uma marca oficial, que se apresenta a eleições e é capaz de, através de eleições (livres ou não livres), colocar candidatos nos cargos públicos»¹³.

UM PARTIDO É QUALQUER GRUPO POLÍTICO
IDENTIFICADO POR UMA MARCA OFICIAL,
QUE SE APRESENTA A ELEIÇÕES
E É CAPAZ DE COLOCAR CANDIDATOS
NOS CARGOS PÚBLICOS.

O conceito de *novo partido*, por sua vez, ilustra exemplarmente um caso-tipo de conceito contestado. Harmel classifica-os, a partir de uma perspetiva cronológica ou histórica, como partidos que surgem num contexto diferente dos partidos anteriormente existentes¹⁴. Com Robertson, acaba por operacionalizar este conceito a partir de quatro circunstâncias de origem: *fusão*, *rutura*, *formação natural* e *reorganização*¹⁵. Pelo seu potencial de operacionalização, será a definição que aqui empregamos.

De outro ângulo – ideológico-programático –, Lucardie apresenta uma nova forma de olhar para os novos partidos. Os partidos que apresentam uma focalização programática baseada em determinadas questões delimitadas (e. g., representação de grupos ou questões sociais), acompanhadas de uma construção ideológica fraca, são classificados enquanto *prolocutores*¹⁶. Os *purificadores* – por norma, partidos de rutura – são estabelecidos com o propósito de rever e apurar a forma original de uma qualquer ideologia que julguem desvirtuada no seu sistema partidário¹⁷; os *proféticos*, em contrapartida, introduzem novas visões ideológicas no sistema (a diferença face aos prolocutores está, precisamente, na sua solidez ideológica)¹⁸. Por fim, apontam-se os *idiosincráticos* – ou *veículos pessoais* –, cuja proposta «parece demasiado opaca e confusa para fazer sentido a alguém externo aos fundadores do partido»¹⁹. Em simultâneo, a emergência destes organismos ocorre a partir de três fatores: relevância do projeto político; existência de suficientes recursos de mobilização; e estrutura de oportunidade política. É aqui que se enquadra a teoria da entrada estratégica²⁰.

A TEORIA DA ENTRADA ESTRATÉGICA

Num hipotético cenário de neutralidade, a decisão de *entrada estratégica* apresenta-se a partir de uma ponderação entre os custos de entrada, a perceção da probabilidade de sucesso eleitoral e os benefícios do cargo a que se concorre²¹.

Entre os custos de entrada, contam-se os obstáculos administrativos – custos financeiros e recolha de assinaturas –, que variam de forma expectável: quanto maiores forem

os custos, menor será a propensão para a emergência de novos partidos. Estes custos poderão ser minorados consoante os atributos dos agentes e o seu leque de recursos (capacidade de mobilização e projeção mediática, por exemplo), que poderão abreviar estes custos²².

A PROBABILIDADE DE SUCESSO ELEITORAL TRATA-SE DE UMA PERCEÇÃO QUE PODERÁ SER INFLUENCIADA PELA IDADE E CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA.

A probabilidade de sucesso eleitoral trata-se de uma percepção que poderá ser influenciada pela idade e consolidação da democracia (o grau de cristalização das bases partidárias, que tende a variar inversamente à emergência e sucesso de novos partidos²³) e pela ante-

visão da recompensa ou punição dos incumbentes, por via do efeito da teoria do voto económico.

Por fim, entre os benefícios que movem a ação de lançar um novo partido, encontram-se aqueles que estabelecem a elite política sob o signo da racionalidade: a obtenção de rendimento, o prestígio e a capacidade de influenciar a elaboração de políticas²⁴. Krouwel e Lucardie, aliás, resumem-nos sob a forma de motivações intrínsecas e extrínsecas: propósitos ideológicos; ambições pessoais; considerações estratégicas e táticas; e propósitos altruístas-societais²⁵.

DADOS E METODOLOGIA

A abordagem metodológica adota uma linha qualitativa comparativa e segue o método da semelhança. Procuramos estabelecer, assim, as similaridades, entre os novos partidos emergentes em Portugal durante a década de 2010, para além de compreender as suas divergências e especificidades. Enquanto a variável dependente se prende com a própria emergência enquanto partido político, as variáveis independentes reportam-se à leitura dos fatores que caracterizam o contexto político, económico e social nos anos que antecedem a oficialização de cada partido pelo TC. Organizamo-las sob dois eixos: sistémico e particularístico. Os indicadores para a primeira dimensão prendem-se com análise das tendências de volatilidade eleitoral, dos valores de desemprego, de variação do produto interno bruto *per capita* (PIB *p. c.*) a preços constantes (base: 2016), da desigualdade de rendimento e, por fim, dos temas mais prementes na sociedade portuguesa, como forma de apurar a existência de novas dimensões de conflito²⁶. O eixo particularístico, por outro lado, dedica-se à leitura da sua família ideológica e propósito ideacional do seu surgimento (segundo a tipologia de Lucardie), à sua circunstância de emergência e à análise das qualidades mediáticas das suas lideranças fundacionais e/ou inaugurais.

O objeto de análise é o partido político e o universo de casos é autolimitado de forma temporal e conceptual. Deste modo, os casos em análise remetem para todos os partidos formalmente inscritos no TC entre 2010 e 2019, conforme descrito no quadro 1. Para o estudo das variáveis, recorreremos a diversas fontes. Os dados relativos à volatilidade

eleitoral seguem a base de dados de Vincenzo Emanuele; os dados económicos são retirados do portal Pordata e, para os indicadores de opinião pública, utilizamos o Eurobarómetro. A caracterização ideacional dos partidos apoia-se na base de dados ParlGov²⁷ e nas declarações de princípios ou manifestos de cada partido, quando os dados são inexistentes. Finalmente, para a reconstrução factual da época, recorremos ao jornal Público.

ANÁLISE

A emergência de novos partidos em Portugal pode ser organizada, diacronicamente, de acordo com as legislaturas vigentes. Desta forma, constata-se que um partido – Partido-Animais-Natureza (PAN) – surge durante o último ano da XI Legislatura (2009-2011), a tempo de se estrear nas legislativas de 2011; seis partidos emergem durante a XII Legislatura (2011-2015) e, finalmente, quatro partidos são fundados durante a XIII Legislatura.

Quadro 1 > Partidos políticos fundados em Portugal, inscritos e oficializados pelo TC, entre 2009 e 2019

Designação	Sigla	Ano
Pessoas-Animais-Natureza	PAN	2011
Movimento Alternativa Socialista	MAS	2013
Livre	L	2014
Juntos Pelo Povo	JPP	2015
Nós, Cidadãos	NC	2015
Partido Unido dos Reformados e Pensionistas	PURP	2015
Partido Democrático Republicano	PDR	2015
Iniciativa Liberal	IL	2017
Aliança	A	2018
Chega	CH	2019
Reagir-Incluir-Reciclar	RIR	2019

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados disponibilizados pelo TC²⁸.

O quadro 1 permite-nos evidenciar, graficamente, algumas tendências. Em primeiro lugar, os anos eleitorais correspondem aos anos em que surge um maior número de partidos – 2011 será a exceção, embora se trate de um ato eleitoral antecipado; 2015 registou quatro novos partidos e 2019 somou duas forças partidárias estreantes. Ao mesmo tempo, não parecem surgir nos anos imediatamente pós-eleitorais (2012 ou 2016²⁹). Por fim, o pico da crise económica, com a execução do Memorando de Entendimento (2011-2014), não se afirmou enquanto catalisador extraordinário para novos

partidos. O Movimento Alternativa Socialista (MAS) e o Livre foram os únicos (ambos com uma agenda antiausteridade) que emergiram neste intervalo.

EIXO SISTÉMICO

A análise da volatilidade eleitoral permite-nos apurar, para cada ato eleitoral, a cristalização do sentido de voto do eleitorado nacional. Focamo-nos em dois valores: o valor de RegV (calculado a partir da alteração de voto entre partidos que entram/saem do sistema partidário) e o valor de AltV (calculado a partir da alteração de voto entre partidos que estão no sistema). Apesar de o argumento correr o risco de se constituir teleológico³⁰, a leitura destes números ilustra a cristalização do sentido de voto e poderá antever a predisposição do eleitorado para o voto nos partidos usualmente tidos por pequenos – que pode constituir um potencial incentivo e oportunidade para novas formações³¹. Apesar da sua estagnação – ou nulidade – em 2002 e 2005, o valor de RegV tem apontado para uma tendência de crescimento a partir de 2009 (tabela 1). O valor de AltV – que influencia largamente o valor total de volatilidade – tem registado, na década de 2010, uma tendência de queda que se acentuou em 2019, com o valor mais reduzido desde 1999.

Seria expectável, atendendo à revisitação da teoria do voto económico, que o período do resgate financeiro – como anteriormente apontado – constituísse o intervalo de tempo mais propício à emergência de novos partidos. Contudo, a partir de 2014, os principais indicadores económicos começam a revelar a tendência de recuperação da economia portuguesa (tabela 1). O PIB *p. c.*, a preços constantes (base: 2016), recupera progressivamente a partir de 2014 e assiste-se, igualmente, a um decréscimo do valor do desemprego e à redução da desigualdade de rendimentos entre indivíduos. A tendência de recuperação económica é espelhada, também, pela perceção da própria opinião pública³².

Quando o foco se centra nos temas prioritários para a população, a preocupação central, ao longo de toda a década, é o *desemprego*. Trata-se de um tema típico de valência, embora remeta para a estratégia de crescimento económico de cada partido e, por isso, para matérias mais posicionais. A *situação económica*, aliás, constitui o segundo tema prioritário entre 2010 e 2019 e, a partir de 2017, damos conta da importância crescente da *saúde e segurança social*.

Há muito pouco espaço, por exemplo, para questões ambientais – que não descolam de valores próximos de 0% – e para a imigração, ao contrário do que acontecera com outros países europeus. Não parece surgir, por isso, nenhuma dimensão de conflito para além daquela que se pauta por referência à aplicação de medidas austeritárias: a direita, com um pendor liberal e propício a estas políticas, e a esquerda, que se lhes opõe. Esta dimensão de conflito – *direita vs. esquerda* – é, aliás, reforçada pela criação da *Geringonça* e pela estratégia de blocos ideológicos.

Tabela 1 > Caracterização do ambiente político, económico e social português

Ano	AltV (RegV)	PIB p. c. (base: 2016)	Taxa de desemprego (%)	Desigualdade de rendimento (%)	Tema prioritário
2002	8,65 (0)	-	-	-	-
2005	12,25 ↑ (0)	-	-	-	-
2009	8,3 ↓ (0,05 ↑)	-	-	-	-
2010	-	18 033,2	10,8	34,2	Desemprego
2011	12,55 ↑ (0,55 ↑)	17 753,4 ↓	12,7 ↑	34,5 ↑	Desemprego
2012	-	17 102,3 ↓	15,5 ↑	34,2 ↓	Desemprego
2013	-	17 037,7 ↓	16,2 ↑	34,5 ↑	Desemprego
2014	-	17 265,6 ↑	13,9 ↓	34,0 ↓	Desemprego
2015	11,45 ↓ (0,6 ↑)	17 647,9 ↑	12,4 ↓	33,9 ↓	Desemprego
2016	-	18 061,2 ↑	11,1 ↓	33,5 ↓	Desemprego
2017	-	18 740,1 ↑	8,9 ↓	32,1 ↓	Desemprego
2018	-	19 265,2 ↑	7,0 ↓	31,9 ↓	Desemprego
2019	7,75 ↓ (2,25 ↑)	19 675,9 ↑	6,5 ↓	-	Saúde e segurança social

Fontes: V. Emanuele³³; Pordata³⁴; Eurobarómetro³⁵.

EIXO PARTICULARÍSTICO

O PAN é o primeiro partido a surgir, em 2011, de forma natural – sem derivar o seu aparecimento de quaisquer forças partidárias existentes. Encaixa-se na categoria «pro-fético», porquanto visa, com a sua agenda política, a «mudança do comportamento humano relativamente ao próprio ser humano, à natureza e aos animais»³⁶, pelo que se trata de um partido ecológico. Entre os fundadores, destaca-se Paulo Borges, o seu primeiro líder, embora incapaz de captar *per se* o foco mediático.

Seguiram-se o MAS e o Livre, em 2013 e 2014, respetivamente. O MAS, em 2013, nasceu de uma rutura interna no seio do Bloco de Esquerda (BE). Gil Garcia, líder da corrente Ruptura/FER (Frente de Esquerda Revolucionária), criticava a crescente institucionalização e parlamentarização do BE³⁷, num claro exemplo de purificação partidária – em termos institucionais, mais do que ideológicos, pelo que se mantém na área ideológica comunista. Apesar da mobilização de um grupo constituído, Gil Garcia também não recolhe, em termos mediáticos, grande proeminência.

O Livre não constituiu uma rutura total: Rui Tavares era eurodeputado independente pelo BE e afastou-se, com outros dirigentes, em divergência com Francisco Louçã, com o propósito de potenciar consensos à esquerda: «Entendemos como nosso dever a procura e a realização de convergências abertas, claras e transparentes, para criar uma maioria progressista capaz de criar uma alternativa política em Portugal e na Europa»³⁸. Incluímo-lo na categoria «profético», pela revisitação do espaço socialista e introdução de novos temas-chave: o europeísmo e a ecologia. Por fim, Rui Tavares é uma personalidade que recolhe projeção mediática, fruto do seu lugar enquanto eurodeputado. O ano de 2015 trouxe o maior número de partidos emergentes. De âmbito regional, o Juntos Pelo Povo (JPP) oficializou-se a partir de um movimento existente desde 2009, para concorrer à Assembleia Legislativa madeirense³⁹ – representa, neste contexto, uma exceção e caracteriza-se enquanto prolocutor e liberal⁴⁰. O seu fundador, Elvino Sousa, não ocupava nenhum cargo com forte poder de mobilização – antes do surgimento do JPP, presidia à Junta de Freguesia de Gaula.

O Nós, Cidadãos (NC) emerge a partir de um órgão cívico – o Instituto da Democracia Portuguesa –, cuja direção era presidida por Mendo Castro Henriques, fundador partidário. Pauta-se por um forte cunho cívico e de anticorrupção⁴¹ e esta focalização discursiva caracteriza-o, também, como prolocutor e liberal.

Marinho e Pinto fundou o seu partido após se desvincular do MPT – Movimento Partido da Terra, pelo qual era eurodeputado (ainda que não militasse no partido). Entre a mensagem de transparência e anticorrupção – típica de um partido prolocutor –, o Partido Democrático Republicano (PDR) também se posiciona enquanto paladino face à crise de representação política: «Não há democracia sem partidos. Mas não há partidos inocentes quando ela degenera»⁴². O partido enquadra-se na área conservadora e tem um cunho personalístico, a partir da figura controversa do seu fundador, que fora bastonário da Ordem dos Advogados (2008-2013).

O Partido Unido dos Reformados e Pensionistas (PURP) é, igualmente, um partido prolocutor e surge para defender os interesses e necessidades de um grupo social específico – os reformados –, embora se afirme como «representante de todos aqueles que, reformados ou não, estejam contra a austeridade»⁴³, pelo que as suas propostas assumem uma marca socialista. Entre os seus fundadores, António Mateus Dias, primeiro presidente do partido é reformado e não se trata de um líder com qualquer projeção mediática.

Em 2017, a Iniciativa Liberal (IL) também surge de forma natural, embora precedida por um movimento: a Associação Iniciativa Liberal. Emerge na conjuntura de desalinamento do espaço político de direita após 2015, a partir da ausência de um programa marcadamente liberal, batendo-se pela redução do papel estatal nos campos económico, político e social: «menos Estado, mais liberdade»⁴⁴. Por este motivo, colocamo-lo sob a categoria «profético». Entre o seu grupo de fundadores não se contam elementos com substancial foco mediático.

A Aliança, em 2018, surge da rutura do seu fundador, Santana Lopes, com o Partido Social Democrata (PSD). A rutura, ainda assim, não é acompanhada pela grande permeabilidade dos quadros sociais-democratas em migrar para o novo partido. Emerge com considerável expectativa, fundado por um ex-primeiro-ministro (com forte projeção mediática, portanto) e assume as características de um partido purificador: a fundação por um dissidente e a revisão ideológica, apostado numa vertente mais liberal, «que promove a liberdade económica e a iniciativa privada como motores principais de crescimento»⁴⁵.

O Chega surge de forma idêntica – André Ventura marcou uma rutura com o mesmo partido de referência, embora a purificação seja diferente, ancorada a uma direita mais conservadora e radical. O antigo quadro do PSD, e vereador na Câmara Municipal de Loures, reunia considerável mediatismo, fruto da sua ocupação enquanto comentador desportivo, conseguindo um poder mobilizador de grande alcance – em grande parte, devido à sua campanha autárquica de 2017⁴⁶. Apesar da origem purificadora, assumiu contornos próprios de um partido profético no sistema partidário português, com um discurso xenófobo, populista e com políticas de lei e ordem⁴⁷, que o colocam ideologicamente «à direita». Simultaneamente, assume a sua oposição às políticas socialistas, afirmando pugnar por um Estado menor e por «devolver os rendimentos àqueles portugueses que, há anos sem fim, se veem deles legal, mas ilegitimamente esbulhados»⁴⁸.

O Reagir-Incluir-Reciclar (RIR), para terminar, nasce de formação natural, com Vitorino Silva – Tino de Rans, candidato presidencial em 2016 e ex-presidente da Junta de Freguesia de Rans. É um partido tipicamente idiossincrático: sem grande conteúdo ideológico, recusando o posicionamento no espectro ideológico tradicional (o partido afirma querer «falar com todas as cores e ser 360º»⁴⁹) e centrado no seu fundador. A sua marca é sobretudo metodológica: quer «estar com o Povo, ouvir o Povo e essencialmente dar voz ao Povo, não só de 4 em 4 anos mas 365 dias por ano»⁵⁰. Escapando à tipologia, classificamo-lo, assim, como igualmente «idiossincrático» em termos ideológicos.

REAGIR-INCLUIR-RECICLAR (RIR)
É UM PARTIDO TÍPICAMENTE IDIOSSINCRÁTICO:
SEM GRANDE CONTEÚDO IDEOLÓGICO,
RECUSANDO O POSICIONAMENTO
NO ESPECTRO TRADICIONAL.

DISCUSSÃO

A leitura das variáveis em análise, para os dois eixos em jogo, permite-nos estabelecer o quadro analítico exposto no quadro 2.

Face ao que seria expectável, a teoria adaptada do voto económico não parece explicar a emergência de novos partidos na última década. Efetivamente, no período em que a economia apresentava sinais de quebra, apenas PAN (2011), MAS (2013) e Livre (2014) surgiram no sistema partidário português. Atendendo, aliás, à comparação com o sucedido na Europa do Sul, os anos de crise económica não se revelaram catalisadores

excepcionais de novos partidos políticos de alternativa ideológica à austeridade. Pelo contrário, o maior número de novos partidos ocorre em 2015, em período de recuperação económica. Esta constatação – a construção de novas alternativas partidárias no primeiro ato eleitoral após o resgate financeiro – sugere que o aproveitamento da primeira oportunidade eleitoral pós-austeridade alimenta o ímpeto reivindicativo.

Quadro 2 > Cruzamento entre as variáveis constantes nos eixos em estudo – sistémico e particularístico

Partido	Volatilidade	Economia	Caracterização	Projeção mediática do líder	Família ideológica	Origem institucional
PAN	↑	↓	Profético	Sim	Ecologista	Natural
MAS	↑	↓	Purificador	Não	<i>Socialista</i>	Rutura
L	↑	↓	Profético	Sim	Socialista	Rutura
JPP	↑	↑	Idiossincrático	Não	<i>Liberal</i>	Natural
NC	↑	↑	Prolocutor	Não	Liberal	Natural
PURP	↑	↑	Prolocutor	Não	<i>Socialista</i>	Natural
PDR	↑	↑	Prolocutor	Sim	Conservador	Natural
IL	↑	↑	Profético	Não	Liberal	Natural
A	↑	↑	Purificador	Sim	Liberal	Rutura
CH	↑	↑	Purificador	Sim	Direita	Rutura
RIR	↑	↑	Idiossincrático	Não	<i>Idiossincrático</i>	Natural

Fontes: Holger Döring e Philip Manow⁵¹.

Ainda assim, o posicionamento ideológico não marca uma plena rutura com a marca do Governo PSD/CDS-PP. De facto, o ano de 2015 regista o surgimento do NC e do PDR, conotados como *liberal* e *conservador*, respetivamente. São posições que, numa primeira leitura, se situam num âmbito ideacional próximo do governo cessante. No entanto, as eleições de 2019 testemunham uma situação diferente, em que a clivagem esquerda-direita (que se confunde posicionalmente com os temas prioritários para a sociedade portuguesa, de índole materialista) se acentuou. Com efeito, à exceção do RIR, os partidos que emergem durante a XIII Legislatura estabelecem-se num contraponto ideológico com a solução governativa de esquerda. Chega e Aliança, aliás, derivam de ruturas com o mesmo partido de referência, o PSD, por questionarem a sua incapacidade de oposição ao governo socialista.

Esta análise permite constatar, ainda, que a introdução de novos temas não é preponderante para o surgimento de novos partidos e que parece existir uma relação entre o surgimento de partidos de rutura e a projeção mediática dos seus fundadores e/ou líderes inaugurais. Excetuando o MAS, cuja orgânica deriva diretamente de uma

corrente interna existente no seio do BE, Livre, Aliança e Chega possuem líderes com projeção para a criação de novos projetos políticos e este pode tratar-se de um elemento fulcral na sua decisão. Ainda assim, para a emergência de partidos de forma natural, este elemento não parece ter importância para a redução dos custos de entrada. Por fim, salienta-se o fraco poder inovador em termos ideológicos: somente existem três partidos – PAN, Livre e IL – que se enquadram na categoria «profético».

CONCLUSÃO

Este estudo pretendeu questionar os fatores sistémicos e particularísticos que potenciaram a emergência de novos partidos em Portugal, durante a década de 2010, com duas conjunturas críticas de tremenda influência para o sistema político português: a crise económica e a formação parlamentar da *Geringonça*. Porém, a leitura realizada não nos permite encontrar um fator comum, mínimo, que seja transversal a todos os novos partidos. Ainda que a volatilidade tenha crescido nas eleições que antecederam o surgimento de cada um dos novos partidos, o argumento que encerra em si é frágil e potencialmente teleológico.

Podem-se estabelecer, no entanto, dois tipos de contributo. Por um lado, um contributo essencialmente descritivo, que visa caracterizar o surgimento de novos partidos em Portugal durante esta década: em termos diacrónicos, ideológicos e de origem institucional. Ao mesmo tempo, oferece-se um contributo analítico, que cruza as variáveis sistémicas e que coloca em perspetiva comparada as variáveis em estudo. Diríamos, aqui, que este estudo oferece três grandes conclusões. Em primeiro lugar, a teoria adaptada do voto económico e a teoria da entrada estratégica têm um fraco poder explicativo para a década de 2010, em Portugal. A crise económica não se revelou como grande móbil para a emergência substancial de partidos – sobretudo de forma natural –, ao contrário do que seria expectável.

Em segundo lugar, a *Geringonça* acentuou a clivagem predominante na política portuguesa – materialista, cifrada em esquerda vs. direita – e os reflexos são visíveis com o aparecimento do IL, do Aliança e do Chega, partidos liberais e de direita. A exceção, aqui, será o idiossincrático RIR. O pós-crise, traduzido nas legislativas de 2015, encerrara em si alternativas ideológicas e programáticas mais amplas – algumas situavam-se, aliás, em campos relativamente próximos do governo cessante.

Depois, a associação entre partidos purificadores e de rutura é natural e o cálculo de custos de entrada parece ter importância para os dissidentes, de modo especial, pela necessidade de garantia de mobilização partidária. A tendência, nesta década, também aponta para que o propósito purificador surja no âmbito da oposição.

A GERINGONÇA ACENTUOU A CLIVAGEM
PREDOMINANTE NA POLÍTICA PORTUGUESA
– MATERIALISTA, CIFRADA EM ESQUERDA
VS. DIREITA – E OS REFLEXOS SÃO VISÍVEIS COM O
APARECIMENTO DO IL, DO ALIANÇA E DO CHEGA.

Por fim, cremos que esta investigação – necessariamente preliminar – abre futuros caminhos de análise, com destaque para três possibilidades: por um lado, a extensão temporal a todo o período constitucional; por outro, a extensão geográfica, com particular incidência na Europa do Sul; por fim, a focalização na agência, individualizando a figura do/a fundador/a partidário/a. **RI**

Data de receção: 21 de março de 2022 | Data de aprovação: 5 de dezembro de 2022

João Gaio e Silva Doutorando em Ciência Política na NOVA FCSH. Os seus interesses de investigação incidem sobre os temas do populismo, da representação política e dos partidos políticos.

> IPRI-NOVA, Rua de D. Estefânia, 195, 5.º Dt.º, 1000-155 Lisboa, Portugal | j.gaiosilva@gmail.com

NOTAS

1 Uma versão anterior deste artigo foi vencedora da edição de 2020 do Prémio de Ensaio «25 de Abril», atribuído pelo IPRI-NOVA e pelo Departamento de Estudos Políticos da NOVA FCSH.

2 Pela possibilidade de coligações, o número de forças políticas não corresponderá liminarmente ao número de partidos inscritos no Tribunal Constitucional. A título de exemplo, o Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) concorre, desde a sua fundação, em 1982, em coligação.

3 E. g. WHITELEY, Paul – «Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world». In *Party Politics*. Vol. 17, N.º 1, 2011, pp. 21-44; TORMEY, Simon – «The contemporary crisis of representative democracy». In *Democratic Theory*. Vol. 1, N.º 2, 2014, pp. 222-242.

4 VIEIRA, Mónica Brito; WIESEHÖMEIER, Nina – «Representação em Portugal: perspectiva dos cidadãos». In PINTO, António Costa; SOUSA, Luís de; MAGALHÃES, Pedro – *A Qualidade da Democracia em Portugal: A Visão dos Cidadãos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013, pp. 79-120.

5 LISI, Marco; MARCHI, Riccardo; EVANS, Ana Maria – «Participação política e qualidade da democracia». In PINTO, António Costa; SOUSA, Luís de; MAGALHÃES, Pedro – *A Qualidade da Democracia em Portugal...*, pp. 51-78.

6 MILBRATH, Lester – *Political Participation: How and why do People Get Involved in Politics?* Chicago: Rand McNally & Company, 1965.

7 Utilizamos a definição de Sartori – o sistema partidário enquanto «sistema de interações resultante da competição interpartidária»

(SARTORI, Giovanni – *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*. Reino Unido: ECPR Press, 2016 [1976], p. 39).

8 MAIR, Peter – «What is different about post-communist party systems?». In MAIR, Peter – *Party System Change: Approaches and Interpretations*. Oxford: Oxford University Press, 2002 [1997], p. 191.

9 HERNÁNDEZ, Enrique; KRIESI, Hanspeter – «The electoral consequences of the financial and economic crisis in Europe». In *European Journal of Political Research*. Vol. 55, 2016, pp. 203-224.

10 BOSCH, Agustí; DURÁN, Iván – «How does economic crisis impel emerging parties on the road to elections? The case of the Spanish Podemos and Ciudadanos». In *Party Politics*. Vol. 25, N.º 2, 2019, pp. 257-267.

11 MAINWARING, Scott; GERVASONI, Carlos; ESPAÑA NAJERA, Annabella – «Extra- and within-system electoral volatility». In *Party Politics*. 2016, pp. 7-8.

12 DIÁRIO DA REPÚBLICA – Lei Orgânica n.º 2/2003. Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/656129>.

13 SARTORI, Giovanni – *Parties and Party Systems...*, p. 56.

14 HARMEL, Robert – «On the study of new parties». In *International Political Science Review*. Vol. 6, N.º 4, 1985, pp. 405-406. Esta nota é particularmente útil para a análise do caso português: consideramos o período «1974-1976» como contexto-referência.

15 HARMEL, Robert; ROBERTSON, John D. – «Formation and success of new parties: a

cross-national analysis». In *International Political Science Review*. Vol. 6, N.º 4, 1985, p. 509; EMANUELE, Vincenzo; CHIARAMONTE, Alessandro – «A growing impact of new parties: myth or reality? Party system innovation in Western Europe after 1945». In *Party Politics*. Vol. 24, N.º 5, 1985, p. 477.

16 LUCARDIE, Paul – «Prophets, purifiers and prolocutors: towards a theory on the emergence of new parties». In *Party Politics*. Vol. 6, N.º 2, p. 176.

17 *Ibidem*, pp. 176-177.

18 *Ibidem*, p. 177.

19 *Ibidem*.

20 *Ibidem*, pp. 175-182.

21 COX, Gary W. – *Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, pp. 153-158; TAVITS, Margit – «Party system change: testing a model of new party entry». In *Party Politics*. Vol. 12, N.º 1, 2006, p. 100.

22 Cf. LUCARDIE, Paul – «Prophets, purifiers and prolocutors...», pp. 178-179.

23 TAVITS, Margit – «Party system change...», pp. 103-104.

24 *Ibidem*, pp. 104-106.

25 KROUWEL, André; LUCARDIE, Paul – «Waiting in the wings: new parties in the Netherlands». In *Acta Politica*. Vol. 43, 2008, pp. 282-283.

26 RYDGREN, Jens – «The populist challenge: political protest and ethno-nationalist mobi-

lization in France». 2003. In CHIRU, Mihail; POPESCU, Marina; CHILIN, Tania – «Revisiting new party success: a comparative analysis of young and consolidated democracies». Praga: ECPR General Conference, 2016, p. 2.

27 A classificação segue oito categorias de famílias partidárias: «comunista/socialista», «verde/ecologista», «social-democrata», «liberal», «democrata-cristão», «agrário», «conservador» e «direita». Na medida em que somente inclui partidos que alcancem 1% de votos, o ParlGov não classificou o MAS, o JPP e o RIR. Para estes partidos, a classificação é de autoria própria, a partir das respetivas declarações de princípios e programas eleitorais. A denominação oficial dos partidos segue a sua denominação vigente.

28 TRIBUNAL CONSTITUCIONAL – «Partidos registados e suas denominações, siglas e símbolos». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/partidos.html>.

29 O Volt será a exceção, tendo sido oficializado pelo TC em junho de 2020. Cf. BORGES, Liliana – «Há mais um partido em Portugal: é o 25.º e chama-se Volt». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/30/politica/noticia/ha-partido-portugal-25-chamase-volt-1922518>.

30 Cf. TAVITS, Margit – «On the linkage between electoral volatility and party system instability in Central and Eastern Europe». In *European Journal of Political Research*. Vol. 47, 2008, pp. 537-555.

31 E. g., MAINWARING, Scott – «Rethinking party systems theory in the third wave of democratization: the importance of party system institutionalization». The Helen Kellogg Institute for International Studies. Working Paper 260, 1998.

32 GIORGI, Elisabetta Di; SANTANA-PEREIRA, José – «The 2015 Portuguese Legislative Election: waning the coalitional space and bringing the extreme left in». In *South European Society and Politics*, 2016.

33 EMANUELE, Vincenzo – «Dataset of electoral volatility and its internal components in Western Europe since 1945». Italian Center of Electoral Studies, 2015. Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7802/1112>.

34 PORDATA – «PIB e PIB *per capita* a preços constantes (base=2016)». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/PIB+e+PIB+per+capita+a+precos+constantes+\(base+2016\)-2953](https://www.pordata.pt/Portugal/PIB+e+PIB+per+capita+a+precos+constantes+(base+2016)-2953); PORDATA – «Taxa de desemprego: total e por sexo (%)». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550); PORDATA – «Índice de Gini (%)». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/indice+de+Gini+\(percentagem\)-2166](https://www.pordata.pt/Portugal/indice+de+Gini+(percentagem)-2166).

35 EUROBARÔMETRO – «What do you think are the most important issues facing (OUR COUNTRY) at the moment? Portugal (from 05/2005 to 06/2019)». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Chart/getChart/chartType/line-Chart/themeKy/42/groupKy/208/savFile/54>. Contabilizamos os valores para o mês de maio.

36 PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA – «Manifesto do PAN». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.pan.com.pt/valores/>.

37 «200 elementos vão abandonar o Bloco de Esquerda e formar novo partido». *Lusa e Público*. Consultado em: 11 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2011/12/09/politica/noticia/200-elementos-vao-abandonar-o-bloco-de-esquerda-e-formar-novo-partido-1524410>.

38 LIVRE – «Declaração de Princípios». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://partidolivre.pt/declaracao-principios-161113>.

39 JUNTOS PELO POVO – «História». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://juntospelopovo.pt/historia/>.

40 A sua declaração de princípios «Rege-se pelos princípios democráticos do liberalismo social tradicional e preconiza a liberdade e a igualdade» (JUNTOS PELO POVO – «Declaração de Princípios». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://juntospelopovo.pt/declaracao-principios/>).

41 NÓS, CIDADÃOS – «Programa Político». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://noscidadaos.pt/o-nos-cidadaos/programa-politico/>.

42 PARTIDO DEMOCRÁTICO REPUBLICANO – «Declaração de Princípios». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.pdr.pt/declaracao-de-principios/>.

43 PARTIDO UNIDO DOS REFORMADOS E PENSIIONISTAS – «História». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.purp.pt/historia/>.

44 INICIATIVA LIBERAL – «Bandeiras». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://iniciativoliberal.pt/bandeiras/>.

45 ALIANÇA – «A nossa Declaração de Princípios». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://partidoalianca.pt/o-partido/declaracao-de-principios/>.

46 SAPAGE, Sónia – «André Ventura, o candidato "inaceitável" que continua a sê-lo». Consultado em: 11 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/08/30/politica/noticia/andre-ventura-o-candidato-inaceitavel-que-continua-a-selo-1783762>.

47 E. g., LOPES, Maria – «Ventura pede apoio ao PSD, CDS e IL para retrato e plano de contingência para comunidades ciganas». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/05/06/politica/noticia/ventura-pede-apoio-psd-cds-il-retrato-plano-contingencia-comunidades-ciganas-1915280>.

48 CHEGA – «Manifesto». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://partidocheга.pt/manifesto/>.

49 REAGIR-INCLUIR-RECICLAR – «Programa Eleitoral 2019-2023». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://partido-riр.pt/programa/>. Pela inconsistência do seu programa, caracterizamo-lo, para a família ideológica, como igualmente idiossincrático.

50 *Ibidem*.

51 DÖRING, Holger; MANOW, Philip – «Parliaments and governments database (PartGov): information on parties, elections and cabinets in modern democracies. Development version». 2019. Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: <http://www.parlgov.org/>. As adaptações encontram-se a itálico.

BIBLIOGRAFIA

ALIANÇA – «A nossa Declaração de Princípios». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://partidoalianca.pt/o-partido/declaracao-de-principios/>.

BORGES, Liliana – «Há mais um partido em Portugal: é o 25.º e chama-se Volt». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/30/politica/noticia/ha-partido-portugal-25-chamase-volt-1922518>.

www.publico.pt/2020/06/30/politica/noticia/ha-partido-portugal-25-chamase-volt-1922518.

BOSCH, Agustí; DURÁN, Iván – «How does economic crisis impel emerging parties on the road to elections? The case of the Spanish Podemos and Ciudadanos». In *Party Politics*. Vol. 25, N.º 2, 2019, pp. 257-267.

CHEGA – «Manifesto». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://partidocheга.pt/manifesto/>.

COX, Gary W. – *Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, pp. 153-158.

- DIÁRIO DA REPÚBLICA - Lei Orgânica n.º 2/2003. Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/656129>.
- DÖRING, Holger; MANOW, Philip - «Parliaments and governments database (ParlGov): information on parties, elections and cabinets in modern democracies. Development version». 2019. Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: <http://www.parl-gov.org/>.
- «200 elementos vão abandonar o Bloco de Esquerda e formar novo partido». *Lusa e Pública*. Consultado em: 11 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2011/12/09/politica/noticia/200-elementos-vaio-abandonar-o-bloco-de-esquerda-e-formar-novo-partido-1524410>.
- EMANUELE, Vincenzo - «Dataset of electoral volatility and its internal components in Western Europe since 1945». Italian Center of Electoral Studies. 2015. Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7802/1112>.
- EMANUELE, Vincenzo; CHIARAMONTE, Alessandro - «A growing impact of new parties: myth or reality? Party system innovation in Western Europe after 1945». In *Party Politics*. Vol. 24, N.º 5, 1985, p. 477.
- EUROBARÔMETRO - «What do you think are the most important issues facing (OUR COUNTRY) at the moment? Portugal (from 05/2005 to 06/2019)». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Chart/getChart/chartType/lineChart/the-meKy/42/groupKy/208/savFile/54>.
- GIORGI, Elisabetta Di; SANTANA-PEREIRA, José - «The 2015 Portuguese Legislative Election: widening the coalitional space and bringing the extreme left in». In *South European Society and Politics*. 2016. DOI: 10.1080/13608746.2016.1181862.
- HARMEL, Robert - «On the study of new parties». In *International Political Science Review*. Vol. 6, N.º 4, 1985, pp. 405-406.
- HARMEL, Robert; ROBERTSON, John D. - «Formation and success of new parties: a cross-national analysis». In *International Political Science Review*. Vol. 6, N.º 4, 1985, p. 509.
- HERNÁNDEZ, Enrique; KRIESI, Hanspeter - «The electoral consequences of the financial and economic crisis in Europe». In *European Journal of Political Research*. Vol. 55, 2016, pp. 203-224.
- INICIATIVA LIBERAL - «Bandeiras». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://iniciativoliberal.pt/bandeiras/>.
- JUNTOS PELO POVO - «História». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://juntospelopovo.pt/historia/>.
- JUNTOS PELO POVO - «Declaração de Princípios». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://juntospelopovo.pt/declaracao-principios/>.
- KROUWEL, André; LUCARDIE, Paul - «Waiting in the wings: new parties in the Netherlands». In *Acta Política*. Vol. 43, 2008, pp. 282-283.
- LISI, Marco; MARCHI, Riccardo; EVANS, Ana Maria - «Participação política e qualidade da democracia». In PINTO, António Costa; SOUSA, Luís de; MAGALHÃES, Pedro - *A Qualidade da Democracia em Portugal: A Visão dos Cidadãos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013, pp. 51-78.
- LIVRE - «Declaração de Princípios». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://partidolivre.pt/declaracao-principios-161113>.
- LOPES, Maria - «Ventura pede apoio ao PSD, CDS e IL para retrato e plano de contingência para comunidades ciganas». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/05/06/politica/noticia/ventura-pede-apoio-psd-cds-il-retrato-plano-contingencia-comunidades-ciganas-1915280>.
- LUCARDIE, Paul - «Prophets, purifiers and protolucators: towards a theory on the emergence of new parties». In *Party Politics*. Vol. 6, N.º 2, p. 176.
- MAINWARING, Scott - «Rethinking party systems theory in the third wave of democratization: the importance of party system institutionalization». The Helen Kellogg Institute for International Studies. Working Paper 260, 1998.
- MAINWARING, Scott; GERVASONI, Carlos; ESPAÑA NAJERA, Annabella - «Extra- and within-system electoral volatility». In *Party Politics*. 2016, pp. 7-8. DOI: 10.1177/1354068815625229.
- MAIR, Peter - «What is different about post-communist party systems?». In MAIR, Peter - *Party System Change: Approaches and Interpretations*. Oxford: Oxford University Press, 2002 [1997], p. 191.
- MILBRATH, Lester - *Political Participation: How and why do People Get Involved in Politics?*. Chicago: Rand McNally & Company, 1965.
- NÓS, CIDADÃOS - «Programa Político». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://noscidadaos.pt/o-nos-cidadaos/programa-politico/>.
- PARTIDO DEMOCRÁTICO REPUBLICANO - «Declaração de Princípios». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.pdr.pt/declaracao-de-principios/>.
- PARTIDO UNIDO DOS REFORMADOS E PENSIONISTAS - «História». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.purp.pt/historia/>.
- PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA - «Manifesto do PAN». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.pan.com.pt/valores/>.
- PORDATA - «Índice de Gini (%)». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/Indice+de+Gini+\(percentagem\)-2166](https://www.pordata.pt/Portugal/Indice+de+Gini+(percentagem)-2166).
- PORDATA - «PIB e PIB per capita a preços constantes (base=2016)». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/PIB+e+PIB+per+capita+a+precos+constantes+\(base+2016\)-2953](https://www.pordata.pt/Portugal/PIB+e+PIB+per+capita+a+precos+constantes+(base+2016)-2953).
- PORDATA - «Taxa de desemprego: total e por sexo (%)». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550).
- REAGIR-INCLUIR-RECICLAR - «Programa Eleitoral 2019-2023». Consultado em: 9 de setembro de 2020. Disponível em: <https://partido-rii.pt/programa/>.
- RYDGREN, Jens - «The populist challenge: political protest and ethno-nationalist mobilization in France». 2003. In CHIRU, Mihail; POPESCU, Marina; CHILIN, Tania - «Revisiting new party success: a comparative analysis of young and consolidated democracies». Praga: ECPR General Conference, 2016, p. 2.
- SAPAGE, Sónia - «André Ventura, o candidato "inaceitável" que continua a sê-lo». Consultado em: 11 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/08/30/politica/noticia/andre-ventura-o-candidato-inaceitavel-que-continua-a-selo-1783762>.
- SARTORI, Giovanni - *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*. Reino Unido: ECPR Press, 2016 [1976], p. 39.
- TAVITS, Margit - «Party system change: testing a model of new party entry». In *Party Politics*. Vol. 12, N.º 1, 2006, p. 100.
- TAVITS, Margit - «On the linkage between electoral volatility and party system instability in Central and Eastern Europe». In *European Journal of Political Research*. Vol. 47, 2008, pp. 537-555.
- TORMEY, Simon - «The contemporary crisis of representative democracy». In *Democratic Theory*. Vol. 1, N.º 2, 2014, pp. 222-242.
- TRIBUNAL CONSTITUCIONAL - «Partidos registados e suas denominações, siglas e símbolos». Consultado em: 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/partidos.html>.
- VIEIRA, Mónica Brito; WIESEHOMEIER, Nina - «Representação em Portugal: perspectiva dos cidadãos». In PINTO, António Costa; SOUSA, Luís de; MAGALHÃES, Pedro - *A Qualidade da Democracia em Portugal: A Visão dos Cidadãos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013, pp. 79-120.
- WHITELEY, Paul - «Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world». In *Party Politics*. Vol. 17, N.º 1, 2011, pp. 21-44.